

MOBIUFAL: INTERVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Eduardo Monteiro de Lima; Rosiane da Silva Amorim; Leonardo Silva Costa; Neiza de Lourdes Frederico Fumes.

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
eduardmonteirolima@gmail.com
rosianneamorim@gmail.com
leocosta001@hotmail.com
neizaf@yahoo.com

Resumo

Ao longo dos anos, diferentes transformações vêm ocorrendo na sociedade, advindas dos avanços nos meios científicos e tecnológicos, e tem determinado alterações nas formas como as pessoas vivem, se formam, se relacionam, trabalham e estudam. Essas alterações estão inovando singularmente as instituições sociais. No Brasil, as escolas e as universidades assumem um papel social e tem um compromisso desafiador para proporcionar um atendimento educacional com equidade e de qualidade para todos. Atualmente, torna-se crescente o ingresso de estudantes com deficiência nas universidades, o que tem provocado alterações do/no cotidiano desses sujeitos e todos os envolvidos. Para a efetivação bem-sucedida dessa grande conquista, também se fazem necessárias mudanças em saberes e práticas e na estrutura dos campus universitários para que se ocorra a inclusão social. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo mostrar uma intervenção para auxiliar no processo mobilidade realizada na Universidade Federal de Alagoas com os alunos atendidos pelo Núcleo de Acessibilidade visando e ampliando tanto o acesso quanto sua permanência nesse espaço democrático. Assim, o projeto piloto Mobiufal alcançou as expectativas de seus idealizadores e através dele tem conseguido superar a dificuldade encontrada no processo de mobilidade no campus universitário e promover a inclusão social e educacional.

Palavras-chave: Inclusão; mobilidade; universidade; intervenção, tecnologia assistiva.

Introdução

Enquanto sujeitos sociais, nascemos com a capacidade de adaptação ao ambiente, tendo como auxílio além da estrutura corporal e os aspectos cognitivos, os sentidos do tato, olfato, audição, e visão e que, através desses, são possíveis a interação e o desenvolvimento junto aos outros indivíduos e com o meio. Está incluído socialmente torna-se algo imprescindível para qualquer indivíduo na sociedade. Entretanto, o mundo da pessoa com deficiência pode até ser o mesmo da uma pessoa tida como sem deficiência, porém, estas estão diante de inúmeras barreiras e dificuldades em seus trajetos.

Considerando a diversidade e a valorização da dignidade humana, as leis e o uso de tecnologias com o passar dos anos tem se aproximado da realidade da sociedade existente,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

entretanto, pensar em inclusão social¹ implica a necessidade de se debruçar em especificidades e pluralidades grupais. Nesse sentido, pessoas com deficiências mesmo em diferentes cenários, sendo esses rurais e urbanos, têm enfrentado grandes desafios na locomoção seja na comunidade local ou dentro de espaços públicos e privados pela ausência de acessibilidade, o que impossibilita, assim, a mobilidade. Nessa perspectiva, Alves (2006) conceitua mobilidade como sendo:

Mobilidade do Lat. *mobilitate* qualidade ou estado daquilo que é móvel ou que obedece às leis do movimento; Acessibilidade do Lat. *accessibilitate* qualidade de ser acessível; facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção. (ALVES 2006, p.12).

Giacomini (2010), por sua vez, trata com propriedade sobre orientação e mobilidade, enfatizando sobre o sentido etimológico de cada palavra, a autora nos diz que:

Combinando os dois conceitos - orientação e mobilidade - podemos dizer que a expressão orientação e mobilidade significa mover-se de forma orientada, com sentido, direção e utilizando de várias referências como pontos cardeais, lojas comerciais, guia para consulta de mapas, informações com pessoas, leitura de informações de placas com símbolos ou escrita para chegarmos ao local desejado. (GIACOMINI 2010, p.7).

Nessa perspectiva, pensar na inclusão social implica em pensar na superação de barreiras atitudinais e arquitetônicas² existentes tanto em ambientes e espaços externos quanto internos para a promoção de acessibilidade e qualidade de vida para todos.

De acordo com Bosco (2010) é imprescindível de se pensar no ato de planejamento, na construção de espaços que facilitem o processo de locomoção, levando em consideração como base a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que apresenta a NBR 9050,

¹ Segundo Passerino e Montardo (2007), considera-se inclusão, portanto, o processo estabelecido dentro de uma sociedade mais ampla que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos para os indivíduos e grupos sociais que em alguma etapa da sua vida encontra-se em situação de desvantagem com relação a outros membros da sociedade.

² Chamamos de barreiras atitudinais tudo aquilo que impede uma pessoa reabilitada de desempenhar o seu livre direito de ir e vir, em última análise o seu papel de cidadão, com direitos e deveres comuns a todos. Podemos dividi-las simplesmente em barreiras naturais e barreiras sociais ou culturais. Se olharmos com atenção à nossa volta, poderemos perceber com facilidade as barreiras arquitetônicas. Uma escada íngreme sem corrimão, ou uma porta estreita demais, um piso escorregadio, enfim um sem número de elementos arquitetônicos a impedir o livre acesso. Se prestarmos atenção, a diminuição de várias barreiras não teria um custo absurdo e facilitaria a vida não só da pessoa com deficiência, mas de toda uma população, urbana principalmente a ansiedade e a frustração causada por uma barreira, seja arquitetônica ou atitudinal, é de tal magnitude que na prática determina o início de um processo de incapacitação da pessoa com deficiência, a partir da própria pessoa, pela introjeção do olhar público, do preconceito. (CANAZILLES, 2010).

compreendidas como as normas técnicas brasileiras de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e poderão ser consultadas como importante referência nos projetos que visam a construção de um ambiente acessível. Interligado a esse pensamento, a autora trata sobre tecnologia assistiva, abordando a seguinte definição:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, com característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2007 apud BOSCO, 2010, p.27).

Partindo desses contextos e seguindo com a realidade situacional existente, este artigo tem como objetivo mostrar uma intervenção através de uma estratégia para auxiliar no processo mobilidade realizada na Universidade Federal de Alagoas com os alunos atendidos pelo Núcleo de Acessibilidade visando e ampliando tanto o acesso quanto sua permanência nesse espaço democrático.

Metodologia

Este trabalho constitui-se como um relato de experiência de cunho qualitativo e que, segundo Günther (2006):

Nesse tipo de pesquisa ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos. (GÜNTHER 2006, p.204).

Nessa perspectiva, no período letivo de 2018.1 a partir de uma grande demanda de estudantes com deficiência, a criação do Mobiufal surgiu a partir de reuniões estabelecida pela coordenadora do Núcleo de Acessibilidade³ da Ufal Prof.^a Dr.^a Neiza de Lourdes Frederico Fumes, o técnico Jean Bernardes e os 12 bolsistas apoiadores que compõe o quadro de funcionários.

Ocorreram 03 reuniões no período de 01 mês. Na primeira reunião foi discutido sobre como pensar em uma solução viável e sem custos para os problemas de mobilidade que os alunos com deficiência do campus estavam enfrentando fosse possivelmente solucionando.

³ O NAC/UFAL teve sua criação oficializada em 2013, ainda que, desde 2005, diferentes docentes da instituição propuseram projetos para vários editais do Programa INCLUIR, sempre visando contribuir para a inclusão da pessoa com deficiência nos diferentes espaços da Universidade. A partir de 2012 o Programa INCLUIR muda o seu caráter e passa a ser uma ação universalizada para todas as instituições federais de ensino e está articulada com outras que visam o apoio estudantil e a inclusão da pessoa com deficiência (RELATÓRIO NAC, 2012).

Encontrada a alternativa viável, sendo esta um grupo de whatsapp solidário que unia estudantes com deficiência aos demais, fez-se necessário pensar em nome, funcionamento, oficina, critérios de inscrição e participação e em uma forma de beneficiar os apoiadores voluntários.

Estruturando-se como a segunda reunião ocorreu a votação e o nome escolhido para o grupo foi a união de Mobilidade e a sigla da Universidade resultando em MobiUfal, além da criação da logo para o grupo oficial e meios de divulgação da universidade. Como critérios de funcionamento foi estabelecido um formulário online para a realização da inscrição, além de links disponíveis e circulantes nos grupos das turmas dos estudantes na universidade.

No que diz respeito aos critérios de inscrição e participação foram estabelecidos algumas regras, só seria inscrito após o fornecimento dos dados com o preenchimento do formulário havendo da leitura prévia de uma cartilha que trata sobre Deficiência Física e Visual, Orientação e Mobilidade, Funções do Núcleo bem como o funcionamento desse projeto, além da necessidade de participação de uma oficina formativa ofertada pelo NAC-UFAL. Os alunos apoiadores receberão uma certificação, que contará como parte de sua carga horária flexível, a partir de um determinado número de atendimentos aos alunos com deficiência.

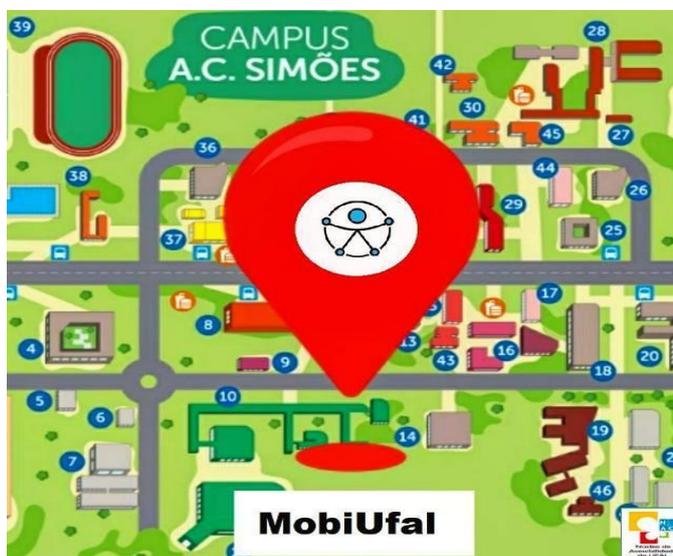


Figura 1: Logotipo do MobiUfal
Fonte: Acervo NAC-UFAL.

Após todos esses avanços, na terceira reunião foi estabelecido a data e horário da primeira oficina ministrada, dividida em dois momentos onde foi abordado o conteúdo da cartilha sendo realizada, em segundo momento, uma dinâmica de orientação e mobilidade entre os componentes do grupo. Concluído esse processo, foram inseridos no grupo junto aos alunos atendidos para as primeiras experiências com o atendimento.



Resultados e Discussões

Mobiufal como estratégia de intervenção do Núcleo de Acessibilidade da UFAL

Promover a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência não é algo simples, mas é necessário acreditar que muito tem se feito para que isso de fato ocorra. Em casa, nas ruas, nos ônibus e até nas paradas obrigatórias de ônibus, nos espaços públicos e privados como escolas, universidades, shoppings, bancos, tribunais de justiça entre outros são notórias as adaptações para tornar esses ambientes acessíveis a todos os públicos, mas, ainda, muito se tem a fazer para promoção de equidade nas oportunidades e na busca por uma sociedade democrática. Nessa perspectiva, Siqueira e Santana (2010) nos afirma que:

O desafio de efetivar políticas de inclusão, fruto do movimento mundial de inclusão, vem exigindo da maioria dos países ajustamento dos seus sistemas de ensino para satisfazer as necessidades de todos os estudantes. Esta adequação compreende uma série de ressignificações educacionais, viabilizando que a escola seja um espaço de exercício da cidadania, e meio eficaz de combate à exclusão de alunos do sistema educacional. (SIQUEIRA; SANTANA 2010, p.127).

Nesse sentido, além dos avanços de ter um o direito como cidadão de ter acesso a uma Educação de qualidade garantida pela constituição, além do que trata a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) junto à Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) concebido pela Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 atualmente são, ainda, notórias barreiras atitudinais e arquitetônicas que impossibilitam o acesso e a permanência de sujeitos com deficiência a usufruir de algo que é essencial para o desenvolvimento humano, a o direito de ir e vir e a educação. Rocha e Miranda (2009) enfatizam sobre a necessidade de iniciativas para que se ocorram as adaptações necessárias no âmbito social e educacional, quando nos dizem que:

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado grande parcela dos alunos à exclusão, principalmente das minorias - sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito básico à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. (ROCHA;MIRANDA, 2009, p.198)

Ainda em consonância com as autoras, quando tratam que embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de



todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência. (2009, p.198). E partindo da reflexão sobre esses pensamentos pensou-se em elaborar uma proposta de intervenção para a melhoria da mobilidade com um projeto piloto Inicialmente na Universidade Federal de Alagoas campus A. C. Simões e, posteriormente, com o sucesso dessa iniciativa expandir para os demais campi universitários regionais de todo o Brasil.

Apontada a problemática da existência de uma nova e grande demanda de alunos com deficiências na Universidade Federal de Alagoas e do atendimento ofertado pelo Núcleo de Acessibilidade, o Mobiufal surgiu a partir reuniões para buscar uma solução viável e de baixo custo que viesse suprir à necessidade da promoção a mobilidade dentro do campus. No que diz respeito a seus objetivos e finalidade, visou-se como objetivo o de promover a inclusão de alunos com deficiência no Campus UFAL A. C. Simões por meio do apoio na locomoção em seus diversos espaços de forma a ampliar e viabilizar o acesso e a permanência destes alunos, tornando-se assim um gesto de respeito e valorização da diversidade e dignidade humana.

Nesse sentido, partindo de uma iniciativa de sensibilização, critérios foram estabelecidos que os interessados em participar dessa rede colaborativa devem preencher o formulário onde é solicitado os dados pessoais e acadêmicos. Pensando nos benefícios para os participantes foi estabelecido que a partir de uma carga horária mínima estabelecida pela comissão organizadora, ao participar do projeto, o apoiador receberá um certificado. Além disso, devido às leis vigentes, o acompanhante da pessoa com deficiência tem prioridade em espaços, sejam públicos ou privados, no processo de atendimento, além de que apoiadores poderão participar de projetos/eventos realizados na universidade em parceria com o Núcleo de Acessibilidade gerando, assim, o acúmulo de outras certificações importantes para o processo de construção da vida acadêmica.

A proposta situou-se em unir estudantes com deficiência aos demais estudantes para que juntos pudessem usufruir de espaços como o restaurante universitário (RU) do Campus, os blocos, bancos, bibliotecas, reitoria, praças de lazer de alimentação auxiliando na locomoção desses sujeitos. Após o sucesso na divulgação e realização dos cadastros, da elaboração e encaminhamento de uma cartilha informativa que trata sobre o Núcleo de Acessibilidade da Ufal e suas principais atribuições, deficiências e o projeto mobiufal por parte da coordenação e bolsistas apoiadores do núcleo, a criação de um grupo de treinamento no Whatsapp a imagem a seguir mostra o primeiro encontro.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



Figura 2: Grupo de alunos apoiadores do mobiufal em um auditório na oficina realizada pelo NAC-UFAL.

Fonte: Acervo NAC-UFAL.

Concluído essa etapa de disseminação de saberes sobre o núcleo, suas atribuições e etc. e estabelecida como parte prática da oficina realizada com os estudantes apoiadores do mobiufal, pensou-se em um circuito de orientação e mobilidade, apoiada a metodologia de como conduzir uma pessoa cega, dentro do campus da UFAL unidade A. C. Simões no intuito de despertar um novo olhar desses para as barreiras arquitetônicas e dificuldades existentes como mostram as imagens a seguir.



Figura 3: Grupo de alunos apoiadores do mobiufal em um ambiente externo recebendo orientações de como guiar a pessoa cega.

Fonte: Acervo NAC-UFAL.



Figura 3: Grupo de alunos apoiadores do mobiufal vivenciando a experiência de como conduzir a pessoa cega.

Fonte: Acervo NAC-UFAL.

Concluída todas as etapas da oficina, os participantes foram inseridos no grupo oficial do projeto, onde, no mesmo encontram-se três bolsistas do NAC-UFAL para organização e gerenciamento das demandas solicitadas pelos alunos com deficiências, havendo como critério essencial e obrigatório a assinatura dos alunos com deficiência atendidos pelo núcleo em um termo de compromisso que rege as regras de funcionamento do grupo. Após todas essas etapas, pode-se chegar à conclusão de que o projeto piloto do mobiufal conseguiu alcançar as expectativas de ambos os grupos e no intuito superar a dificuldade encontrada no processo de mobilidade no campus universitário e promover a inclusão social e educacional.

Considerações Finais

Participar na construção de um projeto que amplia a possibilidade de mobilidade na Universidade Federal de Alagoas foi uma experiência muito rica e que agregou significativamente na formação de cada integrante envolvido, desde a equipe organizadora a alunos apoiadores aos alunos atendidos pelo Núcleo de Acessibilidade. Esta proposta, que além de se constituir como um gesto de solidariedade conseguiu sensibilizar a comunidade acadêmica referente a esse grupo com tanta invisibilidade nos diversos espaços sociais trazendo uma ampla possibilidade de aprendizado nas diversas áreas do conhecimento.

Com isso, além toda essa satisfação em participar do processo de inclusão social dentro de um espaço democrático de ensino, nos foi possível capturar cada impressão e emoção dos

sujeitos envolvidos ampliando o nosso olhar enquanto pesquisadores para a necessidade de continuar buscando práticas inovadoras que viabilizem/promovam uma sociedade com mais equidade de oportunidades. Através das pesquisas realizadas foi possível tornarmos mais críticos para além das práticas pedagógicas existentes, mais também em relação a estrutura física do campus de forma a questioná-las quando não são acessíveis, buscando, assim, sempre a melhoria e garantia de direitos para um real exercício de cidadania.

Referências

ALVES, Mario J. Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas. *Indústria e Ambiente*, v. 55, p. 12-14, 2006. Disponível em: <https://dadospdf.com/download/8-industria-e-ambiente-mob-vs-acess-_5a4bb6dcb7d7bcab67e8fa74_pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla/** Ismênia Carolina Mota Gomes Bosco, Sandra Regina Stanziani Higino Mesquita, Shirley Rodrigues Maia. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CANAZILLES, karoline Sotomayor, “Acessibilidade urbana – Barreiras Arquitetônicas e Sociais do portador de necessidades especiais”, in Lerparaver, 2010, disponível em <<http://www.lerparaver.com/node/9952>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

GIACOMONI, Lília. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial /**Lília Giacomini, Mara Lúcia Sartorreto, Rita de Cássia Reckzeigel Bersch. III - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?**. Universidade de Brasília. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-AGO 206. vol. 22 n.2, pp. 201-210.

PASSERINO, Lília Maria; MONTARDO, Sandra Portela. **Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais**—Revista da Associação Nacional do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - E-Compós, 2007 —Disponível em: <e-compos.org.br>. Acesso: 05. jun. 2018.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior**. Revista “Educação Especial” v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 15. julh.2018.



III CINTEDI

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. **Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.16, n.1, p.127-136, 2010 Disponível em: <<http://producao.usp.br/handle/BDPI/7843>>. Acesso em: 10 ago. 2018